



Trevisan

TREVISAN ESCOLA SUPERIOR DE NEGÓCIOS

REGULAMENTO

CPA – COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

SÃO PAULO

2015

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - A Comissão Própria de Avaliação, doravante apenas CPA, prevista no art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e criada pela Resolução CONSU nº 002/2004, rege-se pelo presente Regulamento e Regimento Geral da Trevisan Escola Superior de Negócios, pelas decisões dos órgãos colegiados superiores desta e pela legislação e normas vigentes para o Sistema Federal.

Artigo 2º - A CPA integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), sendo composta por integrantes da Trevisan Escola Superior de Negócios.

CAPÍTULO II DAS ATRIBUIÇÕES

Artigo 3º - À CPA compete a condução dos processos internos de avaliação da TREVISAN e de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, com as seguintes atribuições:

- I - propor e avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos internos da avaliação institucional, de cursos e de desempenho dos estudantes;
- II - estabelecer diretrizes e indicadores para organização dos processos internos de avaliação, analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações à direção superior da TREVISAN;
- III - acompanhar permanentemente e avaliar, anualmente, o Plano de Desenvolvimento Institucional, propondo alterações ou correções, quando for o caso;

IV - acompanhar os processos de avaliação desenvolvidos pelo Ministério da Educação, realizando estudos sobre os relatórios avaliativos institucionais e dos cursos ministrados pela TREVISAN;

V - formular propostas para a melhoria da qualidade do ensino desenvolvido pela IES, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos internos de avaliação e nas avaliações realizadas pelo Ministério da Educação;

VI - articular-se com as comissões próprias de avaliação das demais IES integrantes do Sistema Federal de Ensino e com a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), visando estabelecer ações e critérios comuns de avaliação, observado o perfil institucional da TREVISAN;

VII - fornecer subsídios e propostas de solução das disfunções detectadas;

Parágrafo único- Cabe à CPA, ainda:

I - acompanhar a avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação da TREVISAN, realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE);

II - realizar estudos sistemáticos sobre o desempenho dos estudantes dos cursos de graduação participantes do ENADE, em confronto com o desempenho demonstrado pelos mesmos no processo regular de avaliação da aprendizagem.

Artigo 4º - Para o cumprimento de suas atribuições, a CPA contará com o apoio operacional e logístico da equipe técnico administrativa da TREVISAN e com os recursos orçamentários alocados no orçamento anual.

CAPÍTULO III DA COMPOSIÇÃO

Artigo 5º - A CPA tem a composição prevista no art. 11 da Lei 10.861, de 14 de abril de 2004 e do §2º, inciso I e II do Art. 7º da Portaria MEC nº 2.051, de 9 de julho de 2004 e publicada em Diário Oficial da União dia 12 de julho de 2004 que a regulamentou, sendo:

- Um membro do Corpo Docente da IES
- Um membro do Corpo Discente da IES
- Um membro do Corpo Técnico-Administrativo da IES
- Um membro da Sociedade Civil Organizada (comunidade civil)
-

§ 1º - Todos os representantes previstos da CPA são escolhidos e designados pelo Diretor Geral da Trevisan Escola Superior de Negócios.

§ 2º - A presidência da Comissão será exercida pelo representante do Corpo Docente da TREVISAN, que inclusive se valerá do voto de desempate, em caso de necessidade.

CAPÍTULO IV DA AVALIAÇÃO INTERNA

Artigo 6º - A CPA deve observar o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos, levando em consideração, em suas atividades:

- I. A missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- II. A política para o ensino, pós-graduação, extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica e demais modalidades;
- III. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao

desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV. A comunicação com a sociedade;

V. As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade acadêmica nos processos decisórios;

VII. Infraestrutura física, especialmente a de ensino, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

VIII. Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;

IX. Políticas de atendimento aos estudantes;

X. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 7º - A CPA será instalada no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de aprovação deste Regulamento, cabendo ao Diretor Geral tomar as providências necessárias ao cumprimento deste artigo.

Artigo 8º - Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015.

Diretoria Geral

